



em destaque:

Solidariedade com a Madeira

O Parlamento Europeu iniciou a Sessão Plenária de Bruxelas com **um minuto de silêncio em memória das vítimas da Madeira**.

Durante o debate, foi assinalada a **dimensão da tragédia** e a necessidade da **ajuda urgente** por parte da União Europeia, tendo sido anunciado que o **Comissário Johannes Hahn** se irá deslocar à Madeira nos dias 6 e 7 de Março.

O Deputado **Nuno Teixeira** apresentou uma proposta de Resolução (que será votada na Sessão de Março em Estrasburgo) que foi **subscrita pelos 22 Deputados portugueses** ao Parlamento Europeu.

ver pág. 3

Reforma da PCP

A Reforma da **Política Comum de Pescas** foi o objecto de um importante Relatório da **Deputada Maria do Céu Patrão Neves** que mereceu uma esmagadora aprovação pelo Parlamento Europeu. (456 votos a favor, 50 contra e 65 abstenções)

ver pág. 5

PE com mais responsabilidades

A entrada em vigor do Tratado de Lisboa comporta um acrescido leque de competências e a necessidade de **reforçar o apoio técnico** do Parlamento Europeu. O **Deputado José Manuel Fernandes** explicou porquê.

ver pág. 8

Direitos Humanos

O PE debateu as matérias que quer ver abordadas no **13º Conselho de Direitos Humanos da ONU** (Genebra, 1-26 de Março).

A candidatura do Irão, a acção do e as detenções secretas no âmbito da luta contra o terrorismo constam das prioridades votadas.

ver pág. 9

Estabilidade na Ucrânia

O Parlamento Europeu reconheceu que as eleições presidenciais na Ucrânia se desenrolaram sem anomalias graves, sublinhou a necessidade de estabilizar política e economicamente o País, de reforçar a cooperação com a UE e reconheceu a possibilidade de, no futuro, a Ucrânia se juntar à União Europeia.

ver pág. 10

Índice

Madeira: PE faz minuto de silêncio e debate apoios.....	3
Prioridades na Reforma da Política Comum das Pescas.....	5
Mais apoio técnico para o Parlamento Europeu.....	8
Prioridades do PE para o Conselho de Direitos Humanos da ONU.....	9
Ucrânia: estabilização política e económica necessária.....	10
Ordem do dia da sessão.....	12

Responsável: Pedro Paulos e Cruz

Fontes:

- *Serviço de Imprensa do PE*
- *Serviço de Imprensa do GEPSD*
- *site www.carloscoelho.eu*

Madeira: PE faz minuto de silêncio e debate situação na ilha portuguesa

O Parlamento Europeu respeitou hoje, na abertura da sessão plenária, um minuto de silêncio em memória das vítimas da tempestade na Madeira. O Presidente do PE, Jerzy Buzek, lembrou as *"inundações que ceifaram a vida de pelo menos 38 pessoas"* na ilha e enviou as suas condolências às famílias das vítimas. *"As nossas orações estão convosco"*, disse. O Presidente enviou também condolências à família de Claudia Candeago, funcionária do PE que morreu no acidente de comboio da semana passada.

Esta noite, os eurodeputados vão também debater a situação na Madeira, após uma declaração da Comissão Europeia sobre a catástrofe natural que assolou a ilha. A resolução do Parlamento Europeu sobre a Madeira será votada na sessão plenária de 8 a 11 de Março, em Estrasburgo.

Na abertura da sessão foram também lembradas as vítimas do acidente de comboio da semana passada, perto de Bruxelas, e no qual morreu uma funcionária da Direcção-Geral da Comunicação do Parlamento Europeu, Claudia Candeago.

Madeira: Comissão garante aos eurodeputados que está empenhada na rápida mobilização de fundos

Num debate realizado esta noite no Parlamento Europeu sobre a grave catástrofe natural na Madeira, a Comissão garantiu que *"está a analisar todas as possibilidades para saber quais os financiamentos que podem ser utilizados"* para a Madeira e referiu que, no passado, já foram mobilizados 48 milhões de euros do Fundo de Solidariedade para o nosso país. Os eurodeputados portugueses pediram a mobilização urgente do Fundo de Solidariedade da UE e medidas excepcionais de apoio à ilha.

Falando em nome da Comissão Europeia, **Günther Oettinger** lamentou a catástrofe natural que assolou a Madeira no passado fim-de-semana. *"A situação é séria"*, reconheceu, garantindo que o apoio à ilha através do mecanismo europeu de solidariedade *"está a ser alvo de reflexão"*.

O comissário disse que o executivo comunitário *"está a analisar todas as possibilidades para saber quais os financiamentos que podem ser utilizados"* para a Madeira e referiu que, no passado, já foram mobilizados 48 milhões de euros do Fundo de Solidariedade para o nosso país [em 2003, os fogos florestais em Portugal provocaram prejuízos de 1,2 mil milhões de euros, tendo o país recebido uma ajuda de 48,5 milhões de euros do Fundo de Solidariedade da UE].

Günther Oettinger lembrou que a mobilização do Fundo de Solidariedade da UE obedece a vários critérios, sendo um deles a proporção da catástrofe. Os prejuízos devem representar 6% do PIB do país afectado – no caso de Portugal, 958 milhões de euros. Para cumprir os critérios, "*pode garantir-se um fundo regional, como seria o caso da Madeira*", afirmou.

"De momento, é cedo para dizer se todos os critérios estão cumpridos", disse, lembrando que o governo regional tem de fazer um pedido de mobilização do Fundo que obedeça a vários critérios. O comissário referiu que "*o fundo não pode ser pago imediatamente*" – visto que obedece a um determinado procedimento, devendo o PE e o Conselho aprovar as verbas para a mobilização do fundo –, e que são "*créditos que vão complementar o apoio dos Estados-Membros*".

"Do pedido até ao pagamento pode demorar algum tempo, mas estamos a fazer tudo para que decorra rapidamente", garantiu.

O comissário europeu responsável pela Política Regional, Johannes Hahn, irá visitar a Madeira dias 6 e 7 de Março, referiu ainda Günther Oettinger.

Eurodeputados portugueses apelam a medidas urgentes e excepcionais

Nuno Teixeira (PPE), eurodeputado madeirense, tomou a palavra "*com a voz embargada*", associando-se ao sentimento de dor dos seus conterrâneos e saudando o trabalho incansável das equipas de salvamento. "*O impacto económico e social impede as pessoas de retomarem o ritmo de vida normal*" – "*é preciso ajudar e é aqui que o Parlamento Europeu tem uma palavra*", salientou Nuno Teixeira. "*Não podemos pedir às pessoas para esperar*", enfatizou, pedindo a Durão Barroso e ao comissário que tudo façam para a rápida mobilização do Fundo de Solidariedade, que será depois submetido à aprovação do PE.

Edite Estrela (S&D) transmitiu as condolências e manifestou a solidariedade do seu grupo para com todas as pessoas afectadas pela catástrofe. Quanto aos prejuízos, "*prevê-se que ultrapassem os mil milhões de euros*", disse a eurodeputada, "*por isso deverão estar dentro dos critérios*". A Comissão deve manifestar a sua "*solidariedade activa*" através da "*mobilização urgente do Fundo de Solidariedade*", declarou Edite Estrela. E deixou no ar a seguinte questão: "*Este Parlamento já aprovou alterações ao Fundo de Solidariedade. Por que razão não estão em vigor e não são aplicadas?*".

Para **Marisa Matias** (CEUE/EVN), o minuto de silêncio feito no início da sessão plenária teve um duplo sentido: um sentido de solidariedade e outro de homenagem. "*O que vimos na Madeira é um fenómeno que vamos ver cada vez mais*" devido às alterações climáticas, alertou a eurodeputada, frisando a necessidade de "*políticas de planeamento orientadas para o bem público*". E urgiu a Comissão a "*dar resposta urgente a uma situação urgente*".

Nuno Melo (PPE) lembrou que a tragédia na Madeira "*ceifou vidas, destruiu património e rasgou a face*" da ilha portuguesa, referindo a violência das imagens vistas em toda a Europa. É uma tragédia que, "*apesar de tudo, não é apenas uma tragédia numa região de Portugal, mas da União Europeia*", salientou. Esta deverá por isso "*ajudar sem reservas*" todos os que ficaram sem nada de um momento para o outro. Nuno Melo terminou a sua intervenção fazendo referência ao hino nacional "*Heróis do mar, nobre povo, nação valente*", que sempre soube dar a volta e ultrapassar o infortúnio.

João Ferreira (CEUE/EVN) apelou a "*medidas de emergência e apoios financeiros excepcionais*" para a reconstrução de infraestruturas e equipamentos públicos e para as populações, numa vertente económica, social e familiar. É preciso "*compensar até onde for possível*" todos os que perderam as suas casas e os seus familiares e reforçar as medidas de prevenção das catástrofes, afirmou.

Ilda Figueiredo (CEUE/EVN) enviou uma mensagem de solidariedade e de esperança aos madeirenses e pediu "*medidas céleres e excepcionais*" à UE, como a mobilização do Fundo de Solidariedade e de "*todos os outros fundos possíveis*".

Luís Paulo Alves (S&D), eurodeputado açoriano que se solidarizou com os madeirenses nesta tragédia, salientou que "*é nas regiões que a presença da UE é mais necessária*".

Elisa Ferreira (S&D) pediu "*insistentemente*" que sejam desbloqueados todos os meios disponíveis e sublinhou que, numa desgraça deste género, "*num país pobre e numa região pobre*", temos também de ter em consideração que a base económica da Madeira – o turismo – ficou seriamente afectada.

O comissário disse que daria resposta ao "*impressionante apelo*" feito pelos eurodeputados.

Parlamento Europeu define prioridades para a reforma da política comum das pescas

O PE aprovou hoje o relatório da eurodeputada portuguesa Maria do Céu Patrão Neves sobre a reforma da política comum das pescas. As dimensões social, ambiental e económica da política de pesca, novos mecanismos de gestão, complementares do sistema de quotas, a criação de programas comunitários específicos de apoio à pesca costeira e artesanal, a aposta na aquicultura e o aumento dos recursos financeiros para 2014-2020 são algumas das prioridades dos eurodeputados.

Vinte e sete anos após a sua criação, e apesar da profunda reforma de que foi objecto em 2002, a política comum das pescas (PCP) debate-se com graves problemas em determinadas pescarias, como a sobrepesca, a sobrecapacidade em alguns segmentos da frota, a ineficiência energética e a falta de investigação fiável sobre unidades populacionais, aos quais acrescem outros factores, como a regressão económica e social no sector, a globalização do mercado dos produtos da pesca e da aquicultura, as consequências das alterações climáticas e o progressivo esgotamento dos recursos.

A responsabilização do sector e uma reorganização e "*adopção a longo prazo dos modelos de gestão*", a fim de, por um lado, encontrar instrumentos que complementem e melhorem o tradicional sistema único de TAC e quotas actualmente em vigor e de, por outro, fazer face ao problema da sobrecapacidade das frotas, são consideradas fundamentais para uma reforma eficaz e bem-sucedida da PCP (alteração 34).

Com o Tratado de Lisboa, o Parlamento Europeu deixa de ser apenas um órgão de consulta e torna-se co-legislador com o Conselho no sector das pescas, sendo a reforma desta política comum a grande prioridade para os próximos anos.

Novos mecanismos de gestão da pesca

No relatório hoje aprovado por 456 votos a favor, 50 contra e 65 abstenções, o PE insta a Comissão – instituição que irá apresentar a proposta legislativa sobre a reforma da PCP – a *"ponderar com todo o cuidado a possibilidade da introdução de novos modelos de gestão que complementem os actuais modelos de gestão das pescas"* (alteração 31).

Dada a diversidade da frota comunitária, os eurodeputados rejeitam firmemente *"toda e qualquer tentativa de adoptar um modelo único comunitário de gestão das pescas"*, solicitando, antes, que sejam tidas devidamente em conta as especificidades dos diferentes mares europeus.

O PE exorta a Comissão a estudar detalhadamente a *"possibilidade de adoptar novos mecanismos de gestão da pesca, complementares do sistema de TAC e quotas, excepto quando este sistema continue a ser adequado, como, por exemplo, no tocante à gestão por via do esforço de pesca e da utilização de direitos de pesca transferíveis"*.

Os deputados instam também a Comissão a avaliar como podem as comunidades costeiras altamente dependentes da pesca ser positivamente discriminadas na repartição dos recursos haliêuticos.

Dimensões social, ambiental e económica

No relatório que elaborou em resposta ao Livre Verde da Comissão Europeia sobre a reforma da política comum das pescas, Maria do Céu Patrão Neves (PPE) defende que *"toda e qualquer política de pesca deverá ter em conta uma multiplicidade de dimensões – social, ambiental, económica – que exigem uma abordagem integrada e equilibrada, incompatível com uma visão que as hierarquize"*.

Os critérios ambientais e sociais para determinar quem tem o direito de pescar devem incidir sobre a selectividade das artes de pesca e as consequentes capturas acessórias e devoluções ao mar, as perturbações do habitat marinho, a contribuição para a economia local, o consumo energético e as emissões de CO₂, a qualidade do produto final, a criação de emprego e o cumprimento das regras da PCP, salienta o PE.

Segundo o PE, a utilização destes critérios poderá gerar uma dinâmica capaz de promover melhores práticas de pesca e conduzir a uma indústria da pesca mais sustentável no plano ecológico, social e económico.

Uma política de pescas descentralizada

De acordo com os eurodeputados, a viabilidade a longo prazo do sector, a adopção da abordagem ecossistémica, a aplicação do princípio da precaução e a selecção de artes de pesca adequadas *"só serão possíveis no quadro de uma política das pescas descentralizada"*, no âmbito da qual as decisões são tomadas em função das condições mais adequadas às situações que prevalecem em cada um dos domínios de pesca e em cada uma das regiões marítimas.

O PE defende um sistema de gestão para o sector das pescas "*que rompa com a tradicional abordagem vertical*" (top-down), apostando antes no princípio da regionalização e da subsidiariedade (descentralização horizontal), "*sem que daí decorra uma discriminação regional ou uma alteração na execução comum da política da pesca, na avaliação do princípio da estabilidade relativa, na eventualidade de as conclusões dessa avaliação exigirem que o referido princípio seja aplicado de forma mais flexível e na participação dos profissionais do sector e de outras partes interessadas*" (alteração 32).

Para ser mais participativa e eficaz, a PCP deverá envolver todas as partes directa ou indirectamente ligadas ao sector, nomeadamente os pescadores, os aquicultores, o sector da transformação, os retalhistas, os armadores, os representantes destes grupos, a sociedade civil (incluindo as ONG que operam no domínio do ambiente e do desenvolvimento), a comunidade científica e os responsáveis institucionais.

Pesca artesanal e regiões ultraperiféricas

O PE salienta que a frota de pesca artesanal e as zonas altamente dependentes da pesca requerem um "tratamento diferenciado e um maior apoio socioeconómico na nova PCP".

Os eurodeputados exortam a Comissão Europeia a criar "*programas comunitários específicos de apoio à pequena pesca costeira, à pesca artesanal e ao sector do marisco*", actividades que são, de um modo geral, desenvolvidas por pequenas e médias unidades de exploração, a fim de ajudar estes sectores a superar as suas tradicionais dificuldades estruturais.

Os parlamentares querem também que a Comissão elabore um "*modelo distinto, claramente definido, liberal, desburocratizado e simplificado para gerir a pequena pesca costeira*", no qual as instituições europeias fixam os objectivos globais a alcançar pelos Estados-Membros de acordo com a sua própria estratégia.

Segundo os eurodeputados, as características específicas das regiões ultraperiféricas justificam, em alguns domínios da PCP, uma "*discriminação positiva*", nomeadamente no que diz respeito ao apoio à modernização e renovação das frotas.

O actual Fundo Europeu das Pescas (FEP) e os futuros fundos estruturais para o sector das pescas devem continuar a apoiar a renovação e a modernização das frotas, sobretudo no que diz respeito à pequena pesca costeira e artesanal, sublinham.

Apanha do marisco

A actividade da apanha do marisco representa uma parte integrante do sector e é muito relevante em certas zonas costeiras, salienta o PE, propondo que esta actividade seja totalmente integrada na nova PCP.

Aquicultura

Os eurodeputados defendem "*uma aquicultura forte, de alta qualidade e ecologicamente sustentável*", a qual poderia constituir um motor do crescimento e contribuiria para o desenvolvimento das zonas costeiras e das zonas rurais, com benefícios significativos também para os consumidores.

O relatório salienta a importância da concessão de incentivos em prol da produção da aquicultura biológica e dos esforços para aumentar a eficiência dos viveiros de piscicultura, bem como do financiamento às empresas de aquicultura independentemente da sua dimensão, sendo o critério principal o seu contributo para o desenvolvimento socioeconómico da vida costeira.

Organismos regionais de gestão das águas

Segundo o Parlamento, "*devem ser criados organismos regionais de gestão das águas da UE*", que "terão um papel fundamental na gestão e aplicação das boas práticas de pesca nas respectivas jurisdições da UE" (alteração 7).

Aumento dos recursos financeiros para 2014-2020

O PE defende que os recursos financeiros a negociar no âmbito do novo quadro financeiro plurianual para 2014-2020 devem prever um aumento do orçamento consagrado à PCP, de modo a criar as condições financeiras necessárias para a plena aplicação e concretização das orientações definidas pela reforma.

"Uma política comum das pescas pressupõe um justo financiamento comunitário com vista a garantir uma exploração dos recursos aquáticos que assegure a sustentabilidade nos planos económico, ambiental e social", afirma, rejeitando qualquer tentativa de renacionalização dos custos da PCP.

Aumento do trabalho dos eurodeputados leva à necessidade de mais pessoal

Os eurodeputados aprovaram a criação de 150 novos postos no Parlamento Europeu e o aumento das dotações orçamentais para a contratação de assistentes. O reforço do pessoal no secretariado, nos grupos políticos e nos gabinetes dos eurodeputados é necessário devido aos poderes acrescidos do Parlamento com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa. A decisão final terá ainda de ser apresentada numa proposta da Comissão, que será depois aprovada pelo PE e pelo Conselho.

O custo total dos novos "*postos de Lisboa*", como são chamados, deverá ser de 13,4 milhões de euros, o que representa 0,8% do orçamento global do PE para este ano (1,6 mil milhões de euros).

O PE decidiu fazer este ajustamento através da redução da reserva para os edifícios em 4 milhões de euros, o que permite manter as despesas dentro do limite tradicional de 20% previsto para as dotações administrativas de todas as instituições da UE, tendo como referência as Perspectivas Financeiras.

Novo pessoal

A resolução parlamentar prevê a contratação de 75 funcionários para o secretariado do Parlamento e 75 novos postos para os grupos políticos. O orçamento para a contratação de assistentes – que é gerido pelos serviços administrativos do PE e não entregue aos próprios eurodeputados – deverá ser aumentado em 1500 euros por mês e por deputado. Os parlamentares terão assim a possibilidade de contratar

mais pessoal com as qualificações adequadas para os auxiliar nas novas responsabilidades legislativas decorrentes do Tratado de Lisboa.

A maioria dos funcionários – 70 pessoas – irá reforçar o pessoal das comissões parlamentares, onde é examinada e preparada a legislação europeia antes de ser votada em plenário. Com o Tratado de Lisboa, o PE passou a ter poderes de co-decisão em áreas como a agricultura, as pescas, justiça e assuntos internos, etc. Os outros cinco funcionários irão reforçar a cooperação do PE com os parlamentos nacionais, que ganharam um papel muito importante com o novo Tratado.

Após a votação em plenário, a Comissão – a única instituição europeia autorizada a apresentar alterações ao orçamento – deverá submeter uma proposta de orçamento rectificativo ao PE e ao Conselho para aprovação.

A resolução foi aprovada por 430 votos a favor, 117 contra e 58 abstenções.

Intervenção de eurodeputados portugueses no debate

José Manuel Fernandes, em nome do grupo PPE: *"Este orçamento rectificativo resulta da entrada em vigor do Tratado de Lisboa. O Parlamento assume novas competências, novas responsabilidades e, por isso, tem de ter os meios adequados para estar à altura deste novo desafio. Saliento que os cidadãos europeus exigem legislação de excelência por parte do Parlamento Europeu e, para tal, importa facultar aos deputados, às comissões e aos grupos políticos os meios necessários.*

As normas legais, orçamentais e da boa disciplina financeira são cumpridas neste orçamento rectificativo. Consideramos, aliás, que o rigor orçamental e a procura da poupança devem estar presentes mais do que nunca, e os cidadãos europeus também assim o esperam, na execução deste orçamento. Por isso, voltamos a reafirmar a importância da elaboração de um orçamento base zero, que garanta mais rigor e transparência, e também solicitamos informação urgente sobre as reais despesas fixas do Parlamento Europeu. Insistimos ainda na necessidade de um planeamento a longo prazo da política imobiliária, de modo a assegurar-se a sustentabilidade orçamental.

Realçamos ainda que reduzimos a reserva para os edifícios em 4 milhões de euros. Desta forma, o nível total do orçamento passa a representar 19,99% da rubrica inicial, a rubrica n.º 5, que foi aprovado em primeira leitura.

Estamos certos de que estes meios contribuem para estarmos à altura dos legítimos anseios, das expectativas e daquilo que os cidadãos europeus nos exigem".

Prioridades do Parlamento Europeu para o Conselho de Direitos Humanos da ONU

As violações dos direitos humanos, clarificar as regras de detenção anti-terrorismo, resolver o conflito de Gaza e opor-se à candidatura iraniana ao Conselho de Direitos Humanos da ONU são os assuntos-chave que o Parlamento quer ver abordadas no 13.º Conselho de Direitos Humanos da ONU (1-26 Março em Genebra).

O Parlamento Europeu estará representado nesta reunião entre 14 a 16 de Março por dois Deputados que integram a Subcomissão dos Direitos Humanos: Laima Liucija e Richard Howitt.

Os Eurodeputados congratulam-se com o facto de o impacto da crise global económica e financeira ser um dos pontos altos da Agenda do Conselho de Direitos Humanos da ONU, na medida em que o exercício pleno dos direitos humanos, em particular os económicos, sociais e culturais estão ser postos em causa com esta crise.

Fazer face a situações de direitos humanos graves

O Parlamento lamenta que o CDHONU não tenha sido capaz de responder a tempo a sérias situações de violações de direitos humanos como as do Afeganistão, Guiné-Conacri, Irão, Líbano e Iraque. Por conseguinte, a UE insta os Estados-Membros a condenar estas violações e ajudar na criação de mecanismos de resposta do CDHONU.

Relatório sobre as detenções secretas anti-terrorismo

Os Deputados aplaudem o facto da agenda do Conselho incluir um "*estudo conjunto sobre as práticas globais em relação às detenções secretas no âmbito da luta contra o terrorismo*". Os Estados-membros são convidados a apoiar e agir de acordo com este estudo, em consonância com as anteriores declarações do Parlamento Europeu sobre a alegada utilização pela CIA de países europeus para transporte e detenção ilegal de prisioneiros.

Candidatura do Irão ao Conselho de Direitos Humanos da ONU

Os Deputados expressaram a sua preocupação com a candidatura do Irão ao Conselho de Direitos Humanos da ONU que terá lugar em Maio de 2010 e instam a União Europeia a fazer todo o possível "*para evitar a eleição para o Conselho de Direitos Humanos por países que registam os maiores casos de violações dos direitos humanos*". A UE e os seus Estados-Membros devem continuar a pressionar o estabelecimento de critérios de elegibilidade para o CDH da ONU, dizem.

Ucrânia: estabilização política e económica necessária, dizem deputados

A principal mudança para os políticos e autoridades Ucrânicas, pós eleições presidenciais, é estabilizar política e economicamente o país através de uma reforma constitucional e estabelecimento de uma economia social de mercado, refere o Parlamento numa resolução aprovada em Bruxelas. Os Eurodeputados regozijam-se com o facto de as eleições presidenciais terem ocorrido sobre os mais justos e livres padrões eleitorais, com uma variedade de candidatos com diversas visões políticas.

A estabilização política e económica na Ucrânia implica uma reforma constitucional, consolidando o Estado de Direito, envolvendo as minorias no processo político, o estabelecendo uma economia social de mercado e combatendo a corrupção, refere a resolução.

A legislação eleitoral do país deve ser revista e uma maior transparência no financiamento dos candidatos e partidos políticos é necessária, refere a resolução.

Aspirações europeias da Ucrânia e Cooperação Energética

O Parlamento reconhece as aspirações europeias da Ucrânia, apontando que "*pode solicitar a adesão à UE, como qualquer Estado europeu que respeite os princípios da liberdade, da democracia, do respeito pelo os direitos humanos e liberdades fundamentais, bem como o Estado de Direito*".

A Zona de Comércio Livre Abrangente e Aprofundada deverá assegurar a integração gradual da Ucrânia no mercado interno da UE, alargando ao país as quatro liberdades

Os Eurodeputados destacam a importância de reforçar a cooperação entre a Ucrânia e a UE no domínio da energia e exortam à conclusão de outros acordos entre a UE e a Ucrânia destinados a assegurar fornecimentos de energia às duas partes, incluindo um sistema de trânsito fiável para o petróleo e o gás. Solicitam, também que a Ucrânia implemente plenamente e ratifique a sua adesão ao Tratado da Comunidade da Energia e acelere a adopção de uma nova lei do gás que respeite a Directiva 2003/55/CE da UE.

Facilitação de vistos

O Conselho deverá mandar a Comissão a rever o acordo de facilitação de vistos com a Ucrânia já existente, a fim de elaborar um roteiro para a supressão da obrigação de vistos para a Ucrânia, incluindo o objectivo intermédio de abolir as actuais taxas aplicáveis a vistos

Ordem do dia

24 a 25 de Fevereiro de 2010

► Quarta-feira, 24 de Fevereiro de 2010

15:00 - 24:00

Reinício da sessão e ordem dos trabalhos

UE 2020 - Seguimento do Conselho Europeu informal de 11 de Fevereiro de 2010 - *Declarações do Conselho Europeu e da Comissão*

As prioridades do Parlamento para o Conselho de Direitos Humanos da ONU (Genebra, 1-26 de Março de 2010) - *Declarações do Conselho e da Comissão*

Aplicação das recomendações contidas no relatório Goldstone quanto a Israel/Palestina - *Declarações do Conselho e da Comissão*

Situação da sociedade civil e das minorias nacionais na Bielorrússia - *Declarações do Conselho e da Comissão*

Pequim +15 – Plataforma de Acção da Nações Unidas para a Igualdade dos Géneros - *Perguntas orais (O-0006/2010 - B7-0007/2010) (O-0007/2010 - B7-0008/2010)*

Intervenções de um minuto (Artigo 150.º do Regimento)

Catástrofe natural na Região Autónoma da Madeira - *Declaração da Comissão*

Projectos de investimento relativos às infra-estruturas energéticas na Comunidade Europeia - *Relatório: Adina-Ioana Vălean (A7-0016/2010)*

Previsão de receitas e despesas para o orçamento rectificativo 1/2010 (Secção I, Parlamento Europeu) - *Relatório: Vladimír Maňka (A7-0017/2010)*

► Quinta-feira, 25 de Fevereiro de 2010

09:00 - 11:20

Livro Verde sobre a reforma da Política Comum das Pescas - *Relatório: Maria do Céu Patrão Neves (A7-0014/2010)*

Segurança ferroviária, incluindo o sistema europeu de sinalização ferroviária - *Declaração da Comissão*

11:30 - 13:00 Votação

Projectos de investimento relativos às infra-estruturas energéticas na Comunidade Europeia - *Relatório: Adina-Ioana Vălean (A7-0016/2010)*

Situação na Ucrânia - *Propostas de resolução*

As prioridades do Parlamento para o Conselho de Direitos Humanos da ONU (Genebra, 1-26 de Março de 2010) - *Propostas de resolução*

Pequim +15 – Plataforma de Acção da Nações Unidas para a Igualdade dos Géneros - *Proposta de resolução*

Previsão de receitas e despesas para o orçamento rectificativo 1/2010 (Secção I, Parlamento Europeu) - *Relatório: Vladimír Maňka (A7-0017/2010)*

Livro Verde sobre a reforma da Política Comum das Pescas - *Relatório: Maria do Céu Patrão Neves (A7-0014/2010)*